

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no contexto de um campus universitário da Região Amazônica.

RAONE HOLANDA DA CRUZ

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

INGRID ARAUJO XAVIER GONÇALVES

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA - UNIR

MARLENE VALERIO DOS SANTOS ARENAS

VALMIR BATISTA PRESTES DE SOUZA

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - USP

Introdução

O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, disposto no Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010, preceitua como um dos seus principais objetivos, combater a evasão escolar no âmbito universitário.

Problema de Pesquisa e Objetivo

Assim, o problema de pesquisa que este estudo se propõe responder é possível afirmar que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) está cumprindo a finalidade de combater a evasão de discentes de um campus universitário localizado na Região Amazônica?

Fundamentação Teórica

A presente pesquisa é fundamentada na Teoria da Nova Gestão Pública que segundo Stadnick (2021), apresenta conceitos do gerencialismo, propondo uma gestão pública moderna e profissional, com objetivo de atender eficientemente às demandas do cidadão.

Metodologia

Para a realização do estudo foi utilizado o software Microsoft Office Excel, a fim de identificar o perfil dos alunos beneficiários e as taxas de conclusão de curso dos mesmos, com base em dois documentos: O Relatório de discentes beneficiários da assistência estudantil, entre os anos de 2016 a 2020 e o Relatório de discentes evadidos que ingressaram entre os anos de 2012 a 2018. Sendo ainda, feita uma Análise de Correspondência Múltipla com uso do software R.

Análise dos Resultados

Os resultados do estudo apontam que o Programa de Assistência Estudantil, contribui para a diminuição da evasão nos cursos do campus em estudo, principalmente nos cursos vespertinos.

Conclusão

Dessa maneira, necessita-se, por parte da organização, a adoção de medidas que visem incentivar a conclusão do curso por parte dos alunos, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica, como o aumento do valor dos auxílios estudantis, e a criação de programas de suporte acadêmico e profissional para esses estudantes.

Referências Bibliográficas

STADNICK, K. T. Modernização da gestão pública brasileira à luz da teoria da Nova Administração pública: uma análise do PNAFE e do PROFISCO I no Estado de Santa Catarina. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021.

Palavras Chave

PNAES, Assistência Estudantil, Evasão

O Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) no contexto de um *campus* universitário da Região Amazônica

1 INTRODUÇÃO

Nas primeiras décadas do século XXI, juntamente com a expansão do acesso à universidade por alunos advindos de diferentes camadas sociais, foi criado, no ano de 2007, o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) por meio da Portaria Normativa n.º 39, de 12 de dezembro, sendo posteriormente, instituído como Programa através do Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010, destinando-se a democratizar o acesso e permanência na educação superior de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior, tornando assim, as políticas de assistência estudantil mais consistentes no Brasil e oferecendo às universidades ampla autonomia na gestão do programa.

Segundo Leite (2015), o acesso à universidade ainda é um dos grandes desafios a ser superado pelos estudantes brasileiros, no entanto, a existência de inúmeras ações governamentais de expansão da infraestrutura e execução de políticas públicas de acesso ao ensino superior, inclusive às classes socioeconômicas mais desfavorecidas, ajudam na transformação desse cenário.

Logo, frente ao exposto e considerando a diversidade e peculiaridades das universidades brasileiras, bem como, as inúmeras lacunas de compreensão da execução do PNAES, o presente estudo dá-se em virtude da dificuldade de avaliar efetivamente as ações em assistência estudantil frente aos objetivos de inclusão social, diminuição da evasão e da retenção. Assim, o problema de pesquisa que este estudo se propõe responder é possível afirmar que o Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes) está cumprindo a finalidade de combater a evasão de discentes de um *campus* universitário da Região Amazônica? Para responder a este problema de pesquisa, o objetivo proposto é analisar se a Universidade, por meio do seu Programa de Assistência Estudantil tem conseguido manter os discentes do *campus* universitário deste estudo. Para isso, tem-se os seguintes objetivos específicos: (1) verificar o perfil do discente beneficiário do auxílio estudantil (2) analisar se os alunos que receberam o auxílio estudantil concluíram o curso (3) verificar se o PNAES tem contribuído para a diminuição da evasão no *campus* estudado.

2 REFERÊNCIAL TEÓRICO

A presente pesquisa é fundamentada na Teoria da Nova Gestão Pública que segundo

Stadnick (2021), apresenta conceitos do gerencialismo, propondo uma gestão pública moderna e profissional, com objetivo de atender eficientemente às demandas do cidadão. Para Abrucio e Sano (2008) as idéias da NGP iniciou no Brasil no primeiro governo Fernando Henrique Cardoso, no ano de 1995, quando foi criado o Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare), liderado pelo ministro Bresser-Pereira, e com a proposta do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, que exibiu um diagnóstico da administração pública federal, ordenado em boa medida, pelas idéias da NGP.

Decorrente, Bresser-Pereira (2008) se considera a “Nova Gestão Pública” uma resposta às duas grandes forças que definiram as últimas duas décadas do século XX, assim como as demandas nelas envolvidas: a globalização (caracterizada pela dominância do capitalismo, e a abertura dos mercados para a competição capitalista mundial) e a democracia.

Nesse sentido, Marini e Martins (2002) sumarizam a Nova Gestão Pública em cinco princípios: 1) foco no cidadão/cliente; 2) orientação para resultados; 3) ênfases no controle social e transparência; 4) contratualização e flexibilização da gestão; e 5) valorização e desenvolvimento das pessoas. Com isso, o presente estudo se faz de fundamental importância, uma vez que busca, investigar a efetividade de uma política pública, tendo como centro o discente beneficiário da assistência estudantil, cidadão/cliente do PNAES.

Sendo assim, nos tópicos a seguir ingressam os conceitos basilares para atender aos resultados no objetivo específico próprio do estudo, como PNAES, evasão escolar e um breve panorama da assistência estudantil na instituição estudada.

2.1 O Programa Nacional de Assistência Estudantil

O PNAES teve sua instituição em âmbito federal no ano de 2007, destinado a alunos de cursos de graduação presenciais dos Institutos Federais de Ensino Superior, sendo implementado a partir de 2008.

Segundo Vasconcelos (2010) essa conquista foi resultado da dedicação coletiva de dirigentes, professores e alunos, representando a consolidação de uma luta histórica em volta da garantia da assistência estudantil enquanto um direito social voltado para a igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior público.

Em 2010, essa Portaria foi alterada, e assim o PNAES passou a ser regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, obtendo maior força e estabilidade em seu programa, incluindo a definição da finalidade do PNAES, como “ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.”, trazendo como objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os

efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Além disto, foi incluído nas áreas de desenvolvimento da assistência estudantil a população com necessidades especiais que também demanda de ações exclusivas na graduação. Para Recktenvald *et. al* (2018) o PNAES, trata-se de “um programa que abrange um número significativo de *stakeholders*, afetando direta ou indiretamente as pessoas envolvidas com a educação superior”. No entanto, a principal alteração apresentada discorre sobre o público-alvo abarcado pelas ações, pois houve uma restrição do acesso a essa política, direcionando o atendimento prioritariamente a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Interessante notar também que no parágrafo 2º do Decreto nº 7.234, diz: “caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados. Nesse sentido, Segundo Imperatori (2017) apesar de o PNAES ser um programa de abrangência federal, sua execução é descentralizada, onde cada Ifes tem autonomia de gestão para utilizar os recursos disponíveis, conforme as suas necessidades e individualidades locais, permitindo assim uma maior eficiência.

2.2 A evasão escolar no âmbito das universidades

O fenômeno da evasão, tem sido alvo de atenção de inúmeros pesquisadores. Segundo o Ministério da Educação e Cultura, são causadores da evasão de curso: o abandono ou seja quando o discente deixa de matricular-se, a desistência (oficial), a transferência ou reopção (mudança de curso), trancamento e a exclusão por norma institucional.

Estudos como de Biazus (2004) apontam que as causas da evasão se relacionam a três fatores: causas internas, externas e aquelas relacionadas ao aluno. Para este autor, os fatores de ordem interna referem-se aos recursos humanos, a aspectos didático-pedagógicos e à infraestrutura; as causas externas associam-se aos aspectos sociopolítico e econômicos e as causas relacionadas ao aluno dizem respeito à vocação e a outros fatores de ordem pessoal do mesmo.

Segundo Durso (2015), o abandono do curso de graduação, por parte do discente, gera um custo que vai além dos recursos financeiros investidos, alcançando também o desperdício do tempo que foi destinado à graduação não concluída e que poderia ter sido utilizado em outra atividade, salientando assim que estudar o processo de evasão no ensino superior, compreendendo melhor as suas causas, é imprescindível para solucionar um problema de

natureza econômica e social.

Para Silva Filho *et al* (2007) nas Instituições de Ensino Superior privadas, a evasão representa uma redução de receita, uma vez que os evadidos param de pagar as mensalidades do curso, podendo prejudicá-los ao ponto de inviabilizá-los. E no âmbito público, também ocasiona desperdício financeiro, pois o recurso investido no curso, não obtém o devido retorno social, uma vez que para a manutenção do mesmo, são alocados professores, técnicos, equipamentos e espaço físico, cuja capacidade não é aproveitada de maneira efetiva. Nesse mesmo sentido, segundo Fialho (2014), a evasão traz prejuízos de ordem econômica, social e cultural para as instituições de ensino superior que, conseqüentemente, perdem financeiramente, não contribuindo para o desenvolvimento da sociedade.

2.3 Dos documentos que normatizam o Programa de Assistência Estudantil na Universidade estudada

No âmbito da Universidade, deste estudo, a trajetória da assistência teve seu início no ano de 1996, mas somente foi com a criação do PNAES, em 2007, que o Programa de Assistência Estudantil se consolidou na Universidade, e desde então, a normatização do programa, vem se adequando ao longo dos anos a fim de atender as demandas mais recentes de discentes.

Atualmente o programa da universidade é regulamentado por uma Resolução que data do ano de 2022 que trouxe duas importantes modificações em comparação com a anterior. A primeira modificação, trata-se da seleção dos auxílios estudantis que passou a ocorrer, por meio da adesão a um Cadastro Único, semestralmente, pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), mediante Chamada Pública e não mais por meio de Editais anuais, assim como, a análise das documentações dos candidatos de todos os *campi* tornou-se centralizada e realizada somente pela equipe da Pró-reitora, responsável, pela concessão dos auxílios e bolsas da Universidade, composta por profissionais de Serviço Social.

A outra mudança, trata-se dos critérios de concessão dos auxílios, pois a definição do quantitativo auxílios e bolsas, a ser destinado a cada *campus* é estabelecido, proporcionalmente, com base no número de discentes inscritos no processo seletivo nos respectivos *campi* e não mais no número de matriculados.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa tem abordagem quanti-qualitativa que segundo Souza (2017) tem sua base enraizada na interpretação de uma dada realidade humana em sua totalidade e não

somente na sua quantificação; quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (2008) pesquisas exploratórias têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, a fim de torná-lo mais explícito.

Sendo assim, primeiramente, realizou-se uma ampla pesquisa bibliográfica de artigos científicos, dissertações e teses, nas bases de dados Web of Science e SPELL, a fim de compreender o significado de conceitos como, PNAES e evasão escolar no âmbito das universidades, sendo este último conceito essencial para se definir e identificar o discente considerado evadido no *campus* estudado.

A análise descritiva dos dados foi realizada, com o uso do software Microsoft Office Excel, com base em dois documentos, coletados na instituição pesquisada: O Relatório de discentes beneficiários da assistência estudantil, entre os anos de 2016 a 2020 (amostra de 334 alunos beneficiários dos auxílios estudantis) e o Relatório de discentes evadidos que ingressaram entre os anos de 2012 a 2018. Sendo por fim, utilizada uma Análise de Correspondência Múltipla, com o uso do software R no intuito de elucidar os dados por meio da estatística.

Quanto ao *campus* universitário, deste estudo, o mesmo possui os cursos de graduação em Administração (noturno) e Gestão Ambiental (matutino), ambos bacharelados, Letras/Português e Pedagogia, ambos licenciaturas e vespertinos, sendo que cada um desses cursos, conta com a entrada de novos ingressantes somente no primeiro semestre de cada ano e possuem duração de quatro anos, com limite mínimo de 4 anos e máximo de 6 anos para integralização, uma vez que há a possibilidade do aluno trancar o curso, por até quatro semestres consecutivos ou não.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS

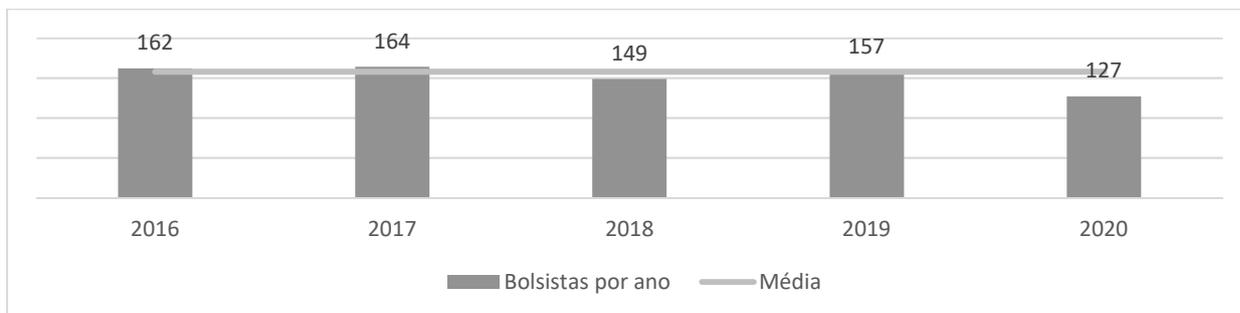
Após coleta dos dados sobre os discentes beneficiários do programa, de 2016 a 2020, e as relações anuais de ingressantes em cada curso, entre 2012 a 2018, foi possível trabalhar os dados por meio do software Microsoft Office Excel a fim de identificar o perfil dos discentes beneficiários dos auxílios, e a proporção de beneficiários que concluíram o curso, avaliando assim se o PNAES contribui para a diminuição da evasão de discentes nos cursos do respectivo *campus*. Sendo assim, nos próximos tópicos, ingressam informações acerca da volumetria de beneficiários dos auxílios por ano, faixa etária e sexo dos beneficiários, demanda dos auxílios por curso e o quantitativo de discentes beneficiários do PNAES que concluíram o curso.

4.1 O perfil dos discentes beneficiários do *campus* deste presente estudo

O recorte analisado evidencia 334 discentes beneficiários dos auxílios estudantis, entre o período de 2016 a 2020. Neste tópico, procurou-se analisar esses alunos, por meio dos dados históricos coletados, a fim de se identificar, informações como sexo, faixa etária, cursos, turnos e tipos de benefícios mais demandados e acumulados, sendo eles: auxílio alimentação, transporte, creche (destinado a estudantes pais de crianças menores de 6 anos de idade) e moradia (destinado a estudantes, que necessitam pagar aluguel).

No Gráfico 1, a seguir, é possível verificar, a volumetria histórica do período analisado, no qual evidencia-se uma média de 158 auxílios/ano entre 2016 a 2019, contudo, em decorrência da pandemia COVID-2019, é evidenciado um declínio do volume de discentes beneficiados pelo PNAES em 2020.

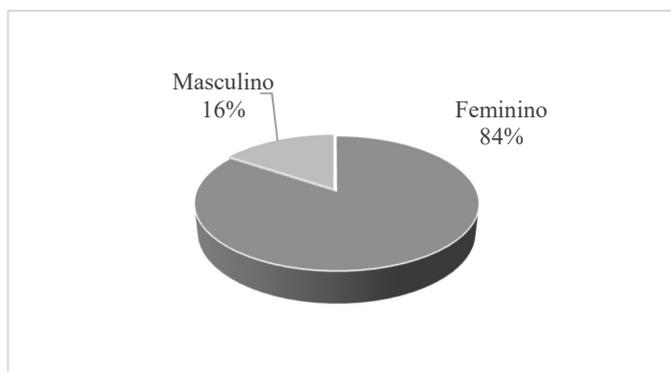
Gráfico 1 – Volumetria dos beneficiários por ano.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No Gráfico 2 a seguir, encontra-se o percentual de beneficiários separados por sexo, no qual fica evidente que os discentes de sexo feminino demandam, expressivamente, o auxílio estudantil, uma vez que as mulheres representam 84% dos beneficiários do período analisado (2016 – 2020).

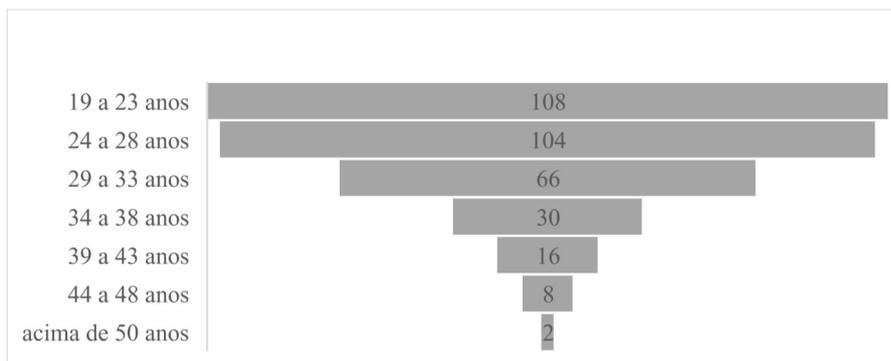
Gráfico 2 – Beneficiários separados por sexo.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No Gráfico 3 a seguir, encontra-se as faixas etárias dos alunos beneficiários, calculada a partir da média etária, considerando o período em que o discente esteve recebendo o auxílio estudantil. A partir da média etária do período concessivo, as idades foram agrupadas de modo a formar sete faixas etárias que compreendem cinco anos cada, variando de 19 anos a acima de 50 anos.

Gráfico 3 – Faixa etárias dos beneficiários.

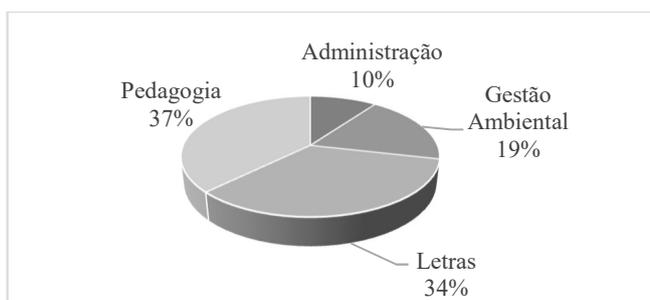


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A partir da análise dos dados percebe-se que o público discente com maior demanda por auxílio estudantil tem um perfil etário que compreende ao intervalo de 19 a 33 anos, com maior concentração dos 19 aos 28 anos. Considerando as faixas etárias propostas tem-se a representatividade de 32% dos alunos para a faixa de 19 a 23 anos, 31% para a faixa de 24 a 28 anos. Dessa forma, a soma representa 63% dos discentes beneficiados no período compreendido entre 2016 a 2020.

No Gráfico 4 constam os cursos que mais demandam dos auxílios estudantis, sendo que os cursos vespertinos, de Pedagogia e Letras, apontam as maiores representatividades, de 37% e 34% respectivamente.

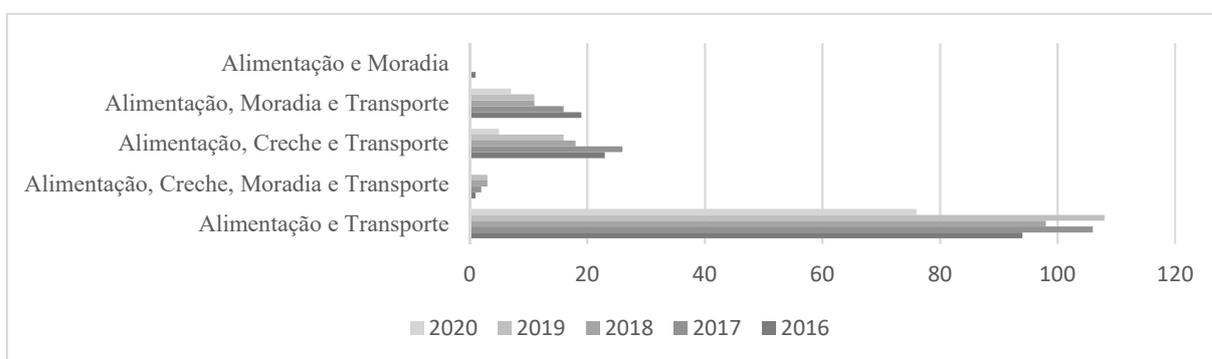
Gráfico 4 - Demanda dos auxílios por curso.



Fonte Elaborado pelos autores (2023).

No Gráfico 5, a seguir, demonstra os auxílios estudantis mais demandados, no qual evidencia-se maior quantidade dos auxílios alimentação e transporte, dessa forma, pode-se inferir que esses benefícios são relevantes para a permanência do discente no ambiente acadêmico, uma vez que o primeiro garante sua alimentação em período de aula e o segundo provê seu deslocamento entre casa x universidade x casa. É importante ressaltar que é possível acumular alguns tipos de auxílios, como por exemplo, o acúmulo de Auxílio Alimentação, Auxílio Creche, Auxílio Moradia, Auxílio Transporte, Auxílio Atividade Cultural, e Auxílio Atividade Esportiva.

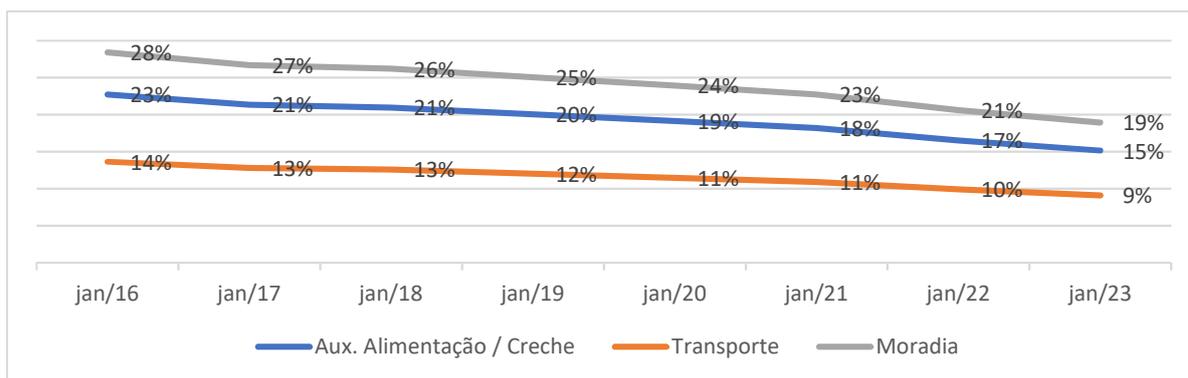
Gráfico 5 - Auxílios estudantis mais demandados.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Quanto à acumulação de benefícios, percebeu-se a maior ocorrência para “alimentação e transporte” nos anos estudados. É importante ressaltar que os valores dos auxílios estudantis, permaneceram estáticos ao longo dos anos, conforme é possível verificar no Gráfico 6 a seguir, assim por exemplo, o valor atribuído ao Auxílio Alimentação em 2016 correspondia a 23% do salário mínimo vigente à época, e em 2020 correspondeu a 19% do salário mínimo. A oferta dos benefícios sem reajuste com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) ao longo dos anos reduz o potencial do PNAES, pois a inflação diminui o poder de compra do aluno, aumentando o seu custo de manter-se na universidade.

Gráfico 6 – Percentual do valor do auxílio estudantil em relação ao salário mínimo



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

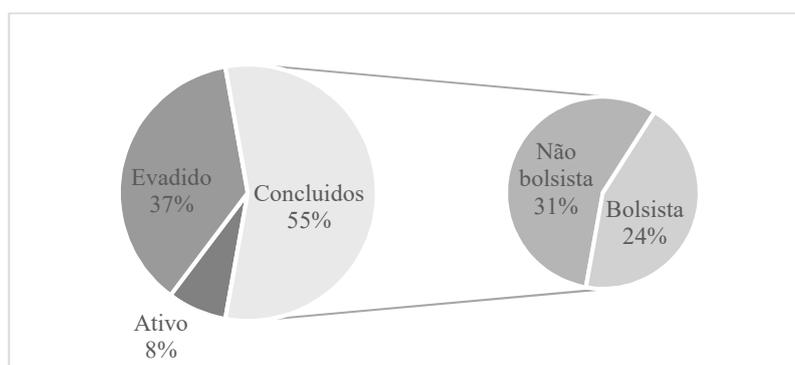
4.2 Dos discentes que receberam o auxílio estudantil e concluíram o curso.

Para analisar a taxa de alunos beneficiários do PNAES que concluíram o curso e dessa maneira descobrir se a mesma contribuiu para a diminuição da evasão dos cursos no *campus* em estudo, verificou-se a partir do quantitativo total de alunos ingressantes, entre os anos de 2012 a 2018, em cada um dos cursos, quantos desses discentes ingressantes evadiram-se e quantos concluíram o curso, para assim, primeiramente obter a taxa de evasão de cada curso e posteriormente, identificar dentre aqueles que concluíram o curso, quais foram beneficiários do Programa de Assistência Estudantil do *campus*.

Esta seleção dos discentes ingressantes se fez necessário porque os ingressos a partir de 2019 ainda estão em processo de integralização, o que inviabilizaria a análise. Desta forma, foi possível avaliar as proporções entre alunos ativos (sua maioria representantes ingressantes de 2017 e 2018), evadidos, concluintes bolsistas e concluintes não bolsistas de cada curso.

Abaixo, no gráfico 7, do total de 349 discentes que ingressaram no curso de Pedagogia, entre os anos de 2012 a 2018, 55% concluíram o curso, contra 37% que se evadiram, apresentando assim, a segunda melhor taxa de conclusão dentre os cursos.

Gráfico 7– Alunos ingressantes de 2012-2018 do curso de Pedagogia que concluíram o curso.

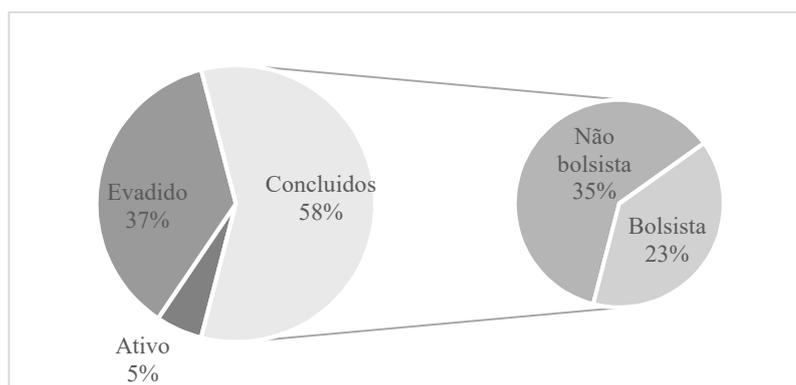


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em relação ao total de ingressos no período analisado, percebeu-se que os beneficiários do PNAES que concluíram o curso representam 24% do total de ingressantes. Outra inferência importante é a taxa obtida através da divisão do total de alunos beneficiários PNAES que concluíram o curso pelo total de alunos beneficiários PNAES deste mesmo curso, obtendo, portanto, uma representatividade alta, ou seja, dos beneficiários PNAES do curso de Pedagogia ingressos de 2012 a 2018, 83% concluíram o curso. Salienta-se que o curso de Pedagogia, é aquele que possui o maior quantitativo de discentes beneficiários do PNAES, o que impactou positivamente para a taxa total de concluintes do curso, superar a de evadidos.

No gráfico 8, do total de 350 discentes que ingressaram no curso de Letras, entre os anos de 2012 a 2018, 58% concluíram o curso, enquanto que 37% evadiram-se, apresentando assim, a melhor taxa de conclusão dentre os cursos.

Gráfico 8– Alunos ingressantes 2012-2018 do curso de Letras que concluíram o curso.

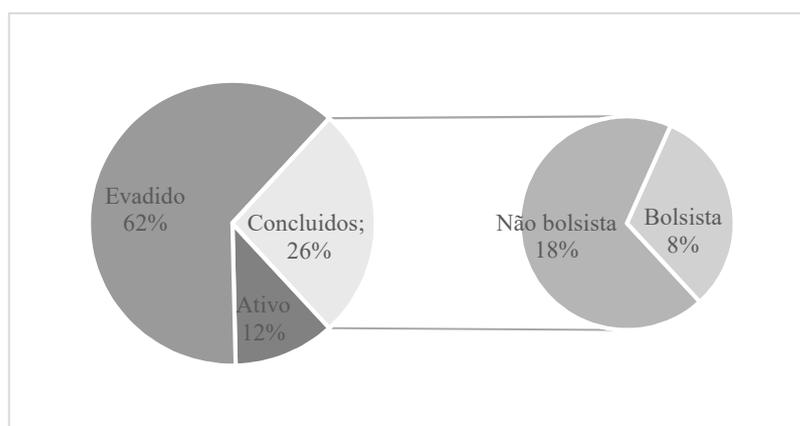


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em relação ao total de ingressos no período analisado, percebeu-se que os beneficiários do PNAES que concluíram o curso representam 23% do total de ingressantes. Outra inferência importante é a taxa obtida através da divisão do total de alunos beneficiários PNAES que concluíram o curso pelo total de alunos beneficiários PNAES deste mesmo curso, obtendo, portanto, uma representatividade alta, ou seja, dos beneficiários PNAES do curso de Letras ingressos de 2012 a 2018, 80% concluíram o curso.

No gráfico 9, do total de 349 discentes que ingressaram no curso de Gestão Ambiental, entre os anos de 2012 a 2018, apenas 26% concluíram o curso, enquanto que a maioria, 62% evadiram-se, representando assim, dentre os cursos em estudo, aquele que tem a maior taxa de evasão.

Gráfico 9 – Alunos ingressantes 2012 - 2018 do curso de Gestão Ambiental que concluíram o curso.

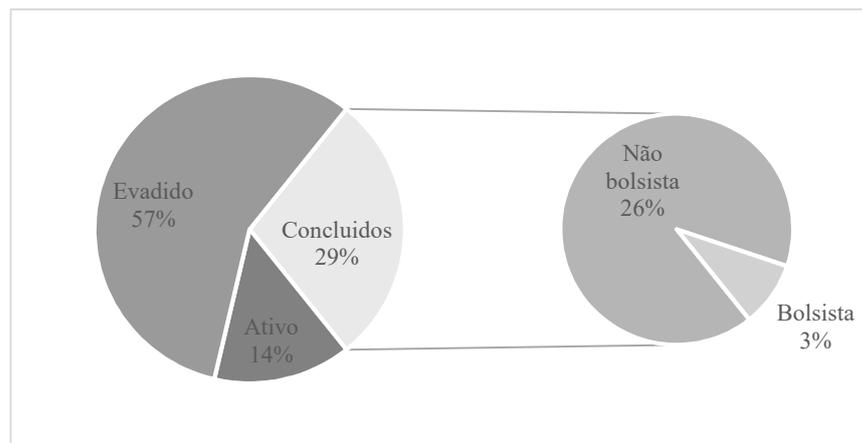


Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Em relação ao total de ingressos no período analisado, percebeu-se que os beneficiários do PNAES que concluíram o curso representam apenas 8% do total de ingressantes. Ainda assim, destaca-se que a taxa obtida através da divisão do total de alunos beneficiários do PNAES que concluíram o curso pelo total de alunos beneficiários PNAES deste mesmo curso, apresentou uma representatividade relativamente baixa, uma vez que dos beneficiários PNAES do curso de Gestão Ambiental ingressos de 2012 a 2018, 53% concluíram o curso, ou seja mesmo que de maneira inexpressiva, houve contribuição para diminuição da evasão no curso.

No gráfico 10, do total de 347 discentes que ingressaram no curso de Administração, entre os anos de 2012 a 2018, somente 29% concluíram o curso, enquanto que a maioria, 57% o abandonaram, com isso, o curso tem a segunda maior taxa de evasão. Frisa-se que do total de alunos ingressantes que concluíram o curso, somente 3% foram beneficiários do PNAES e ao considerar a taxa obtida através da divisão do total de alunos beneficiários PNAES que concluíram o curso pelo total de alunos beneficiários PNAES deste mesmo curso, obtém-se uma representatividade muito baixa em relação aos demais cursos, pois dos beneficiários PNAES do curso de Administração, ingressos de 2012 a 2018, apenas 36% concluíram o curso.

Gráfico 10 – Alunos ingressantes de 2012 a 2018 do curso de Administração que concluíram o curso.



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

No entanto, cabe ressaltar, que este curso, diferentemente dos demais, é noturno e possui a menor quantidade de número de alunos beneficiários do PNAES, em comparação com os demais cursos, podendo esse número baixo, ter inúmeros motivos, como por exemplo, a baixa procura pelos auxílios por parte desses alunos, seja por desinteresse ou por não enquadrarem-se nos requisitos necessários para concorrer aos Editais do Programa de Assistência Estudantil da Universidade, ou ainda porque a maioria deles, têm a oportunidade de trabalhar durante o dia, necessitando da assistência estudantil em menor escala.

Denota-se isto principalmente porque a maioria dos discentes que concluíram o curso, ou seja 26% não receberam auxílio do PNAES. Santos *et al* (2019) em seus estudos, relata que a maioria dos alunos do turno noturno trabalham durante o dia, o que causa prejuízos para a aprendizagem e conseqüentemente atrasos na conclusão do curso uma vez que ao tentarem conciliar trabalho, família e responsabilidades sociais com os seus estudos acadêmicos, acabam acumulando afazeres inerentes à vida cotidiana, sobrando pouco tempo para os estudos.

4.3 Da relação perfil estudantil vs conclusão do curso.

Ainda no intuito de avaliar se o PNAES tem contribuído para a diminuição da evasão no *campus* em estudo, também analisou-se a relação existente entre o perfil dos alunos que receberam o auxílio e a conclusão do curso, conforme proposta na Tabela 1 que apresenta as variáveis e os principais itens que se destacaram da análise dos dados, com suas respectivas significâncias estatísticas, e às quais dimensões correspondem.

A dimensão está relacionada à variável com o seu respectivo R^2 (coeficiente de determinação), que é uma medida que indica a intensidade do efeito de cada variável para a dimensão. Quanto mais próximo de 1, mais a variável explica a análise. Então, nota-se que a dimensão 1 forma um fator associado “turno de estudo do discente” e a dimensão 2 está

vinculada ao “gênero” e à “quantidade de bolsas” durante o curso.

Tabela 1 - Resumo dos itens por dimensão

Variável	Descrição	R ²	Dimensão
Status do Aluno	Representa o status do aluno na instituição de ensino (concluído, evasão, ativo e formando).	-	Suplementar
Turno	O turno que o aluno estuda (matutino, vespertino e noturno).	0.55***	1
Gênero	O gênero do discente (feminino, masculino).	0.48***	2
Total de Auxílios	Quantidade de benefícios recebido pelo discente ao longo do curso.	0.40***	2

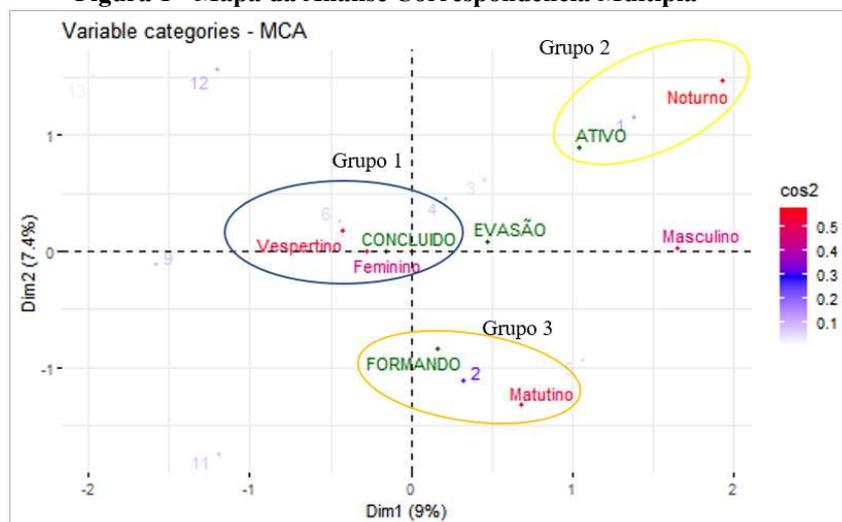
Nota: *** $p < 0,001$, $n = 322$. Dimensão 1: turno de estudo do discente, representada pelo eixo x; Dimensão 2: gênero e quantidade de auxílios durante o curso, representada pelo eixo y.

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

A Figura 1, abaixo, representa um gráfico discriminante das dimensões 1 e 2, de acordo com as variáveis analisadas, indicando quais fatores são representados por estes itens. Nota-se que as variáveis “Turno” estão bem destacadas ao eixo x (dimensão 1) e as variáveis “Gênero” e “Total de Auxílios” ao eixo y (dimensão 2). Neste sentido, a dimensão 1 forma um fator relacionado ao turno de estudo do discente e a dimensão 2 está relacionada ao gênero e quantidade de auxílios durante o curso.

Dessa forma, analisou-se como o “turno” de estudo, o “gênero” do discente e a “quantidade de bolsas” recebidas durante o curso contribuem para o status de conclusão do curso.

Figura 1 - Mapa da Análise Correspondência Múltipla



Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Nota: **eixo x**: turno de estudo do discente; **eixo y**: gênero e quantidade de auxílios durante o curso.

A análise indica que o turno se mostrou mais evidente nos grupos encontrados em relação ao “status do discente” do que o quantitativo de auxílios distribuídos, observa-se isso pela escala de \cos^2 . Nota-se que as cores dos turnos se mostram mais evidentes do que dos auxílios, indicando uma forte característica em cada grupo.

A análise de correspondência múltipla, indicou a presença de três grupos, bem definidos, no que diz respeito ao turno, gênero e quantidade de auxílios em relação ao status do aluno no curso, conforme Figura 1.

Ressalta-se que o Grupo 1 é composto pelos discentes que frequentam o turno vespertino e são em maioria, mulheres que concluíram o curso, onde o quantitativo de auxílios que se destaca neste grupo é de 6, mas, com o \cos^2 bem baixo e a cor mais apagada indica que não se trata de uma característica evidente no grupo e sim para alguns membros. O Grupo 2 é formado por discentes do turno noturno que ainda estão em curso, onde o quantitativo de auxílios que se destaca neste grupo é de 1 auxílio, mas, com o \cos^2 bem baixo e a cor mais apagada indica que não se trata de uma característica evidente no grupo. Por fim, no Grupo 3 inserem-se os discentes que estão se formando, presentes no último período do curso, pertencentes na sua maioria ao turno matutino, onde recebem 2 auxílios e ao contrário dos demais grupos, a quantidade de auxílios, neste grupo, se mostra mais evidente.

De acordo com a Figura 1, notou-se a predominância dos discentes que cursam no período vespertino e em sua grande maioria é do gênero feminino, sendo aqueles que mais concluem o curso e que a evasão é maior por parte dos discentes do turno noturno e matutino e em maior número por parte de discentes do gênero masculino.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise descritiva revelou que o perfil predominante dos alunos beneficiários dos auxílios estudantis é composto por mulheres, matriculadas em cursos no turno vespertino, e com idades, principalmente, entre 19 e 28 anos.

A partir da análise do dados, nota-se que o Programa de Assistência Estudantil, contribui para a diminuição da evasão nos cursos do *campus* em estudo, uma vez que os cursos de Letras e Pedagogia, ambos vespertinos, apresentam taxas de conclusão, superiores ao da evasão e altas taxas de beneficiários que concluem o curso, considerando ainda que esses cursos possuem um maior número de alunos beneficiários do PNAES, logo, o programa de assistência da

Universidade, tem impactado positivamente e contribuído para os discentes dos respectivos cursos, concluírem a graduação; Já os cursos de Administração e Gestão Ambiental, por possuírem um número menor de beneficiários do PNAES, apresentam, taxas de evasão superior ao de conclusão, o que pode se justificar pelo fato do programa de assistência da universidade, não alcança-los na mesma proporção dos demais cursos.

Através da análise de correspondência múltipla, também foi possível observar que os discentes que cursam no período vespertino, os cursos de Letras e Pedagogia, em sua maioria é composto por mulheres e têm maior taxa de conclusão do curso, já a evasão é mais frequente entre os alunos dos turnos noturno e matutino, justamente pertencentes aos cursos de Administração e Gestão Ambiental, respectivamente, principalmente entre os estudantes do gênero masculino.

Diante dessas constatações, é necessário que sejam implementadas medidas que visem incentivar a conclusão do curso por parte dos alunos, principalmente daqueles em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Podendo isto ser realizado, por meio do aumento do valor dos auxílios estudantis, levando em consideração a inflação e as necessidades atuais dos estudantes, bem como, com a criação de programas de suporte acadêmico e profissional para esses estudantes.

Em suma, este estudo evidencia o perfil dos alunos bolsistas e os desafios enfrentados no contexto universitário. Além disso, destaca a necessidade de políticas e ações que promovam a igualdade de oportunidades e o acesso equitativo à educação, visando a redução da evasão e o aumento da conclusão dos cursos por parte dos alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F.L.; SANO, H. Promessas e resultados da Nova Gestão Pública no Brasil: o caso das organizações sociais de saúde em São Paulo. Fórum - Organizações Sociais. **Revista de Administração de Empresas**, vol. 48, n. 3, p. 65-79, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0034-75902008000300007>.

BLAZUS, C. A. **Sistema de fatores que influenciam o aluno a evadir-se dos cursos de graduação na UFSM e na UFSC: um estudo nos cursos de Ciências Contábeis**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2004. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/87138>.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Os primeiros passos da Reforma Gerencial do Estado de 1995**. Versão de 11 de setembro de 2008. Disponível em: www.bresserpereira.org.br.

DURSO, S. O. **Características do Processo de Evasão de Estudantes do Curso de**

Graduação de Ciências Contábeis de uma Instituição e Ensino Superior Pública Brasileira. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/BUBD-A7HH26>.

FIALHO, M.G.D. **A evasão escolar e a gestão universitária: o caso da Universidade Federal da Paraíba.** Dissertação (Mestrado Profissional) UFPB. João Pessoa, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/5920>.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

IMPERATORI, T.K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, n. 129, p. 285-303, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>.

LEITE, J. O. **As múltiplas determinações do Programa Nacional de Assistência Estudantil: PNAES nos governos Luiz Inácio Lula da Silva.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco – Recife/PE: UFPE, 2015. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16251>.

MARINI, C.; MARTINS, H. **Melhorando a Gestão Pública.** Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Programa de Apoio à Modernização da Gestão e dos Planejamento dos Estados e do Distrito Federal – PNAGE, 2002.

RECKTENVALD, M.; MATTEI, L.; PEREIRA, V. M. Avaliando o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) sob a ótica das epistemologias. **Revista Avaliação**, v. 23, n. 02, p. 405-423, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772018000200008>.

SILVA FILHO, R. L. L.; MOTEJUNAS, P. R.; HIPÓLITO, O.; LOBO, M. B. C. M. A evasão no ensino superior brasileiro. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 641-659, 2007.

SANTOS, D.S; DUARTE, A.C.S.; SANTOS, D.S. Um estudo sobre o ensino superior noturno na perspectiva de estudantes trabalhadores do curso de licenciatura em ciências biológicas na UESB. **Revista de Iniciação à Docência**, v. 4, n. 2, 2019. DOI: <https://doi.org/10.22481/rid-uesb.v4i2.6219>

SOUZA, K. R. ; KERBAUY, M. T. M. Abordagem quanti-qualitativa: superação da dicotomia quantitativa-qualitativa na pesquisa(UFU em educação. **Educação e Filosofia**, v. 31, n. 61, p. 21-44, 2017. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/view/29099>.

STADNICK, K. T. **Modernização da gestão pública brasileira à luz da teoria da Nova Administração pública: uma análise do PNAFE e do PROFISCO I no Estado de Santa Catarina.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Administração, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/222080>.

VASCONCELOS, N.B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. **Ensino Em-Revista**, Uberlândia, v. 17, n. 2, p. 599-616, 2010. DOI: <https://doi.org/10.14393/ER-v17n2a2010-12>.